

Segurar os gastos

A estratégia do Governo federal para promover o ajuste das contas públicas no período de 1999 a 2001 tem de se concentrar no lado das despesas, se quiser ser eficaz.

Neste sentido, para o ano que vem, um bom propósito seria repetir o patamar de arrecadação do Tesouro Nacional no atual exercício, ou seja, cerca de R\$ 120 bilhões. Assim, pelo lado das receitas, caberia ao Governo simplesmente prorrogar as alíquotas e alguns instrumentos tributários que estariam por caducar.

Mas se, além disso, as autoridades governamentais cairsem na tentação de aumentar impostos, o tiro poderia sair pela culatra, pois num ambiente potencialmente recessivo, essa elevação da carga tributária acabaria inibindo o consumo e o investimento, gerando perda de arrecadação.

Esse fenômeno ocorreu em 1998 no caso dos automóveis, das bebidas e do fumo, e o Governo federal teve de voltar atrás no aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Vários estados tiveram de fazer o mesmo em relação ao ICMS.

De um modo geral, as autoridades fazendárias deveriam se dar por muito satisfeitas se, por força da prorrogação da atual estrutura tributária, conseguissem manter a arrecadação. Se, por sua vez, as despesas fossem mantidas, em 1999, no mesmo patamar do ano passado, seria possível promover um ajuste fiscal de R\$

20 bilhões a R\$ 27 bilhões, conforme vem sendo prometido ao Fundo Monetário Internacional e aos países que se propõem a fornecer um seguro de crédito para o Brasil. Para isso, as reformas constitucionais em andamento são fundamentais, pois contribuiriam com algo entre R\$ 5 bilhões e R\$ 7 bilhões no ano que vem.

A reforma da Previdência reduziria as aposentadorias precoces com a aprovação das regras de transição no sistema INSS (idade mínima de 48 anos para as mulheres e 53 anos para os homens) e no setor público.

Em relação a esse último, o impacto da reforma deverá ser ainda maior, já que os funcionários geralmente se aposentam muito cedo. Para fazer jus aos vencimentos que tinha na ativa, o servidor precisará ter 'passado' pelo menos cinco anos na função que exercia antes de se aposentar (isso retardará os pedidos de aposentadoria daqueles que, por exemplo, são promovidos).

Será preciso, também, pelo menos dez anos de contribuição para que alguém se aposente pelas regras do setor público com direito a vencimentos integrais.

A reforma administrativa é outra vertente capaz de proporcionar grande alívio às finanças públicas. Do Congresso Nacional espera-se, então, uma significativa contribuição para o ajuste fiscal, com a aprovação das reformas e das leis complementares.

Com aumento de impostos, o tiro poderia sair pela culatra